

O ALICERCE CONCEITUAL DA AVALIAÇÃO

a reflexão sobre a noção de valor no marginalismo marshalliano e na axiologia bakhtiniana

Diego Candido Abreu*

RESUMO

O objetivo fulcral deste trabalho é estabelecer um diálogo entre a concepção de valor preconizada pelo marginalismo econômico clássico e a reflexão bakhtiniana acerca da articulação dialética entre ideologia e axiologia, decantando de tal diálogo um modelo teórico consistente para a investigação acerca da noção de avaliação por uma perspectiva discursiva. Para tanto, em primeiro lugar, devassa-se brevemente a literatura sobre a ideia de valor no campo da economia, dando destaque à proposição dialética propugnada pelo marginalismo econômico. Adiante, segue-se uma discussão assentada na obra bakhtiniana sobre a forma como a ideia de valor encarna-se na linguagem sob a égide da tensão fundante entre ideologia e axiologia. Por fim, examinam-se algumas correntes investigativas que erigem como objeto a avaliação, destacando as virtudes e vícios de cada uma à luz dos balizamentos teóricos ofertados pelo diálogo entre o pensamento bakhtiniano e o marginalismo econômico.

PALAVRAS-CHAVE: estudos do discurso. avaliação. valor. axiologia. Bakhtin.

ABSTRACT

The main object of this paper is to establish a dialogue between the concept of value put forward by the classic Marginalist school of Economics and Bakhtin's reflection on the dialectical articulation between ideology and axiology, extracting from this conversation a theoretical model for the investigation of the notion of evaluation through a discursive perspective. In order to do so, firstly, we cover the literature on the idea of value in the field of Economics, highlighting the dialectical proposition of the marginalist school. Afterwards, a discussion follows, based on the works of Bakhtin, on how the idea of value is incorporated into language under the aegis of the founding tension between ideology and axiology. Finally, we examine some lines of investigation that take the evaluation as an object, highlighting their virtues and vices in light of the theoretical bases offered by the dialogue between Bakhtin's propositions and the thought of the marginalist school.

KEY WORDS: discourse studies. evaluation. value. axiology. Bakhtin.

Introdução

O tema da avaliação, em suas mais distintas nuances e carizes, ao longo da história do pensamento ocidental, tem feito parte do repertório de esfinges de diversos campos do saber: Ética (KANT, 2003; ESPINOZA, 2009), Economia (WALRAS, 1983; SMITH, 1982), Direito (REALE, 1994; BOBBIO, 2001) – apenas para citar alguns. Ainda que nebuloso, tal conceito / categoria goza de uma definição ortodoxa em uma série de escritos, de variadíssimas cepas científicas: “a avaliação é a ação de atribuir valor” (KRAEMER, 2005). Apesar de nominalmente indefectível, tal teorização possui um caráter meramente tautológico e tergiversante, impondo-nos, *ipso facto*, um segundo questionamento, de resolução bem mais pedregosa: o que viria, afinal, a ser tal valor?

* Doutor em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio. Professor EBTT no IFMA (Campus-Codó).

Aqui nos deparamos com um *dédalo* complexo, cuja resolução impõe como condição *sine qua non* a composição de um modelo teórico capaz de congregiar as diversas facetas do fenômeno axiológico em uma armadura conceitual holística. Sobejam tentativas de fazê-lo na literatura interessada (KANT, 2003; SCHELER, 1973). Poucas, contudo, apresentam o grau de *têmpera* e *coerência* alcançados por duas escolas de pensamento – quase contemporâneas, porém afastadas em seus respectivos objetos de perseguição. Estas são a filosofia da linguagem de Bakhtin e o marginalismo econômico clássico, que tem como expoentes Walras (1983) e Marshall (1966[1885]). Como espero que se torne diáfano com a leitura deste escrito, argumento que do diálogo entre ambas as matrizes teóricas mencionadas pode emergir uma concepção de avaliação teoricamente densa e consistente, capaz de subsidiar incursões investigativas acerca de objetos a ela tangentes. Porém, antes de concretizarmos tal conversa proteica, é preciso devassar brevemente o terreno de ambos os arca-bouços. Começemos nossa trajetória pela concepção marginalista de valor, que se assenta em um prolífico debate no terreno econômico sobre a natureza de tal noção.

O valor no terreno da economia: uma ciranda entre sujeito e objeto

Debilidade também flagrável em outros ramos da ciência, a reflexão econômica acerca do problema do valor pendulou, em distintos graus de profundidade e sofisticação, entre o determinismo objetivista e o império do subjetivismo, encontrando em raros (porém frondosos) momentos um desenlace dialético a tal dicotomização. Dessa feita, julgo didático valer-me de ambos os eixos – objetivismo (oferta) e subjetivismo (demanda) – para, a partir da precessão entre eles, delinear resumidamente o pensamento axiológico no terreno da economia. No primeiro flanco mencionado, a obra de três autores se destacam, tanto por sua relevância político-científica quanto por sua originalidade. Estes são, por ordem cronológica, Smith, Ricardo e Marx.

Ancorado em preceitos da filosofia aristotélica e em fina sintonia com algumas ideias dominantes em seu tempo – provenientes do pensamento econômico fisiocrata (CANTILLON, 2003[1755]) -, o pensador inglês desenvolve uma teoria tripartite de valor, em que os elementos terra, trabalho e capital se coadunam na constituição do valor de um bem (SMITH, 1982). Em convergência com essa visão, porém privilegiando o pilar ergonômico da *trempe smithiana*, Ricardo (1982[1817]) articula os insumos tempo e trabalho, fundadores do valor, na composição da seguinte fórmula: o valor de um determinado bem é dado pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção vis-à-vis ao tempo decorrido para a realização de tal

empresa. Assim, diz Ricardo (1982[1817], p. 24), “os bens derivam seu valor de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho nele empreendidos”. Se em Ricardo podemos observar algum esforço de aproximação dialética entre os eixos subjetivo-objetivo – afinal, o autor confere importância em sua teorização a um elemento de viés subjetivo (a escassez) -, tal tendência encontra embargo na teorização preconizada por um dos mais ilustres herdeiros do pensamento ricardiano: Marx. Olvidando prementemente o papel do fator escassez na constituição ontológica do valor, Marx, em *O Capital* (MARX, 1974, p. 426), apregoa: “todas as commodities são apenas massas definidas de tempo laborioso condensado”. Não gratuitamente, no imo da concepção materialista histórica, os elementos valor e trabalho emergem fundidos em um termo que os abarca em uma nova unidade: valor-trabalho (*arbeitswert*). Como um desdobramento lógico da teorização anterior, podemos inferir com precisão a visão marxiana acerca da categoria valor-trabalho: o valor de um produto advém da quota de trabalho nele infundido ao longo de sua história de transformação.

Se a teoria de valor de Marx pode ser considerada o promontório do objetivismo axiológico no pensamento econômico, os desenvolvedores da teoria de utilidade marginal, Jevon e Menger, sem excessos, podem ser condecorados com semelhante epíteto no flanco subjetivista do mesmo campo de investigação. Ancorados na ideia de utilidade esperada, isto é, a utilidade que um determinado indivíduo no momento da valoração imagina (por quaisquer razões) que o bem valorado possua, os autores instituem o valor como uma categoria psicológica, efêmera e fluida, erigida por um sujeito em um dado momento de encontro com algum objeto. Assim, opera-se uma translação na axiologia objetivista: elementos incorporados no objeto, como a quantidade de trabalho mensurável nele consignado, tornam-se, em si, irrelevantes para a constituição do valor, sendo apenas considerados quando invocados subjetivamente pelo condão do indivíduo avaliador.

Ora, como já deve ter saltado aos olhos mais atilados, inúmeros são os problemas inerentes a ambas as visões dicotomizadas – tanto no flanco subjetivista quanto no objetivista. Pelo lado deste, torna-se patente que limitar o rol de elementos constitutivos do valor apenas a insumos materiais inerentes ao objeto significa criar fantasiosamente um cenário imaginário absolutamente dissociado da influência da subjetividade humana. Como desdobramento inescapável, tal concepção inviabilizaria qualquer influxo subjetivo na composição do valor, sendo excluídos, *ipso facto*, da prática econômica atividades como a negociação, a publicidade ou, em última instância, a própria liberdade de escolha e empresa dos sujeitos na compra/venda/produção de um dado bem. Por outro lado, a subjetivação extrema da discussão axiológico-econômica funda um mundo feérico e esquizofrênico em que, por exemplo, os

custos materiais reais de produção de um produto não influenciam minimamente na instituição de seu valor. Assim, a utilização de uma matéria-prima nobre e de difícil aquisição – como o titânio – e outra vulgar, de produção pouco sofisticada – como o alumínio – não interfeririam em nada na precificação de um dado produto: destarte, as diferenças no preço de uma mesa de titânio ou alumínio seriam provenientes apenas do jugo subjetivo dos indivíduos orientados em uma economia livre.

Se ambas as tentativas extremadas entre os polos subjetivo e objetivo fracassam em ofertar uma teorização satisfatória ao problema do valor, encontramos em meio à macega do pensamento econômico uma terceira senda, alheia à dicotomização preponderante. Ainda que rudimentos de uma visão dialética tenham sido esboçados por John Law (1750) no século XVIII, um sistema econômico-axiológico verdadeiramente sólido foi concatenado apenas nos pródromos do Século XIX, pelas mãos de dois economistas proeminentes: Marshall e Walras. Formulador da aclamada – e, por vezes, cultuada – Teoria do Equilíbrio Geral¹ (*Théorie de l'Équilibre Général*), Walras (1983) apresentou com grande originalidade uma concepção de valor complexa e transcendente à polarização sujeito-objeto, no seio da qual o valor advém de elementos subjetivos e objetivos, infundidos nos movimentos de produção (oferta) e consumo (demanda), que se entremeariam com alto dinamismo na sua conformação em um certo produto para um conjunto dado de consumidores como uma grandeza variável e viva.

Os insights profícuos de Walras foram sistematizados com robustez teórica por Marshall (1966[1885]) em seu modelo do Marginalismo Relativo². No bojo dessa armadura de inteligibilidade, o valor não se constitui como um dado absoluto a ser mensurado nem como uma efemeridade subjetiva; ele é o produto de sucessivas e sistemáticas interações entre oferta e demanda vislumbradas à luz de um determinado escopo cronológico. Quatro quadros temporais são elaborados pelo autor, servindo de prismas de observação do desenvolvimento do ente axiológico em meio às atividades econômicas. Estes são: 1) o tempo do mercado: imperam os impulsos subjetivos constituintes das forças de demanda por um produto; 2) o tempo de curto prazo: mudanças objetivas e movimentos de oferta também podem influenciar

¹ De modo lacônico, a Teoria do Equilíbrio Geral preconiza que todo sistema econômico tende a um dado equilíbrio, o qual é perenemente desafiado por movimentos conflitantes entre os elementos integrantes de tal sistema. Como pontua o autor, o entendimento de um sistema econômico não pode ser dado pela consideração de seus componentes isoladamente, mas sim pela análise atenta do conjunto de inter-relações promovidas pela própria dinâmica do sistema entre seus componentes (WALRAS, 1983).

² Em poucas palavras, o Marginalismo Relativo tem como um dos seus pilares fundamentais a ideia da utilidade marginal. Esta preconiza que o valor encontrado por um dado sujeito na utilização/apropriação de um determinado produto decresce de acordo com as quantidades desse mesmo produto que o tal sujeito detém. Portanto, quanto mais unidades se dispõem de um dado produto, menos o valor que da última destas unidades (a marginal) se exprimirá/construirá.

o valor do produto; 3) o tempo de longo prazo: as variações nas ondas de oferta ganham relevância no estabelecimento do valor de um dado produto, sendo tais variações, no entanto, filtradas pelos modos como são recepcionadas pelo mercado; 4) o tempo secular: a oferta ganha primazia axiológica, porém sem jamais divorciar-se do fator demanda (subjetivo).

Com a apresentação do marginalismo marshalliano, encerro a primeira parte da revisão anunciada na subseção anterior. Prossigamos em nosso esforço de teorização de uma concepção de valor que esteie um estudo discursivo da questão da avaliação, cotejando os saberes erigidos no campo da economia ao pensamento de um autor expoente nos estudos do fenômeno da linguagem em seu arcabouço social: Bakhtin.

A prática discursiva como o cômputo do ideológico com o axiológico: contribuições bakhtinianas ao estudo da avaliação

Antes de enriquecermos a concepção bakhtiniana com o insumo das ponderações de viés econômico apresentadas na seção anterior, faz-se necessário revisar brevemente a concepção axiológica propugnada pelo autor soviético.

O enunciado (a unidade da prática do discurso) é inexoravelmente axiológico e ideológico. Porém, não o é em uma lógica de causalidade (primeiro um depois o outro), mas em uma inter-relação dialética de mútua dependência. Logo, o enunciado é ideológico por ser axiológico e é axiológico por ser ideológico; não o fora um, não o seria o outro. As sentenças anteriores condensam em si toda uma concepção vasta e rica de linguagem/discurso, capaz de sustentar uma visão holística de avaliação, sendo, portanto, o objetivo desta seção desempacotar a suntuosidade de entendimentos consignados nessas breves colocações.

Conforme pontua Bakhtin (2010), o que sopra vida à linguagem é justamente o seu espírito axiológico, impingindo-a a transcender o papel meramente formal de descrição e conceptualização do mundo, tornando-se um meio efetivo de posicionamento subjetivo e participação na realidade social. A axiologia, portanto, é esse próprio posicionar-se: é por sermos capazes de manipular a linguagem ao nosso jugo que somos capazes não apenas apropriar-nos de sistemas de valor existentes, mas, e principalmente, podemos subvertê-los e reconstruí-los. Fundamentalmente, é a linguagem/discurso que dá ao indivíduo os meios para erigir em ações e movimentos semânticos concretos o sentimento de valor que inunda o seu coração.

Sabendo a linguagem ser inerentemente ideológico-axiológica, uma pergunta ainda subsiste: afinal, o que significa a recursividade entre esses dois termos plasmados no discurso?

É preciso, primeiramente, entender o que quer dizer cada uma das duas ideias (axiologia e ideologia) inscritas no discurso antes de explicitarmos os meandros de sua inter-relação. Para Bakhtin, toda linguagem é ideológica, epíteto que na tradição marxista – à qual o autor (com certas ressalvas) se alinha – denomina a qualidade de um determinado processo, símbolo ou fenômeno de não representar de modo fidedigno a estrutura holística da realidade ou seus movimentos parciais. O ideológico é a mancha no espelho, o trincado na lente, que transforma reflexo em refração (VYGOTSKY, 1994); é aquilo que borra a dinâmica concreta do real, reificando-o e distorcendo-o. Dois são os motivos que tornam a linguagem inerentemente ideológica. Primeiramente, a linguagem é sempre limitadora e fragmentária. Reifica porque aprisiona em um construto convencional único uma infinidade de modos de ser e processos fluidos da matéria (NIETZSCHE, 2008); e fragmenta porque se submete ao plano da visão sempre parcial e perspectivada do sujeito interagente. A palavra que supostamente circunscreve o real, a coisa em si, apenas dá conta de apresentar uma faceta esfacelada e estilhaçada subjetivamente dessa realidade: o real para mim naquele instante.

Além disso, a linguagem é inerentemente ideológica devido a uma falsa contradição – na verdade, uma tensão fundante – que pode ser apresentada da seguinte forma: enquanto a linguagem apreende um dado feixe do real e apresenta-lhe em uma dada configuração / perspectiva discursiva, ela mesmo o transforma, pois o objeto outrora exposto, *ipso facto*, torna-se outro, sofre uma micromutação: não é mais o mesmo objeto igual àquele presente no momento anterior a que dele construiu-se um enunciado. Afinal, se a linguagem (materializada em enunciado) é uma forma de ação, é evidente que qualquer instanciação sua agirá sobre a realidade social, alterando – ainda que num plano microscópico – o entendimento compartilhado e convencionalizado sobre o objeto tangenciado. Essa ação perpetrada pelo enunciado, para Bakhtin (2003), representa o nascedouro da concretude da linguagem no mundo, o que a faz transcender o plano do sistema morto de símbolos, tornando-se um discurso pulsante.

E quanto à axiologia? Ora, se apropriar-se do discurso em quaisquer de suas formas e facetas é “agir no mundo”, fazê-lo é também avaliar, uma vez que toda ação humana no mundo é fundada sobre o crivo do valor, ou seja, erige-se sobre a tensão de um ato parcial, relativo e concreto que almeja a um modelo absoluto e abstrato. Portanto, em um silogismo límpido, se agir é avaliar e a linguagem somente se tem discurso quando age no mundo na forma de enunciado, a linguagem somente se concretiza quando galvanizada pelo espírito axiológico. Porém, o discurso se configura como eminentemente axiológico por outra razão. Ao circunscrever a realidade que lhe é transeunte a um construto discursivo fragmentário e

recortado, o sujeito não o faz de modo inocente e inofensivo. Ele/ela o faz à luz de seus interesses, seus desejos, seus impulsos, sua história, em suma, o faz à luz de si. Portanto, ideologizar o mundo em enunciados também é avalia-lo, pois tal ideologia é tributário da posição do indivíduo em relação ao naco da realidade por ele recortado. Eis portanto a recursividade e mútua constitutividade entre ideologia e axiologia, fundantes do discurso: o enunciado é inerentemente ideológico por ser produto de um posicionamento do sujeito no mundo, logo, não sendo uma representação fidedigna da realidade – é, portanto, o discurso sempre um ato valorativo -; ao mesmo tempo, o discurso, para ser efetivamente valorativo, necessita dispor de alguma concepção de mundo (ainda que implícita na interação) sobre a qual o ato axiológico do sujeito possa se plasmar.

Pois bem, com essa explanação erigida nos parágrafos anteriores, dispomos de uma teorização sólida sobre o fenômeno da avaliação. Há de se esclarecer agora como os insumos reflexivos oriundos da discussão econômica sobre a ideia de valor podem complementar a tradição axiológica bakhtiniana. Como se pode ser depreendido da discussão proposta pelos patronos do marginalismo (WALRAS, 1983; MARSHALL, 1966[1885]), o valor não é uma entidade substancial do mundo – como uma pedra ou uma árvore -, mas sim uma variável da nossa experiência que emerge da tensão patente entre o nosso modo próprio de apreender os entes do mundo (feérico e contaminado por nossos afetos e imaginações) e a realidade em sua relativa imponência sobre nossa experiencialidade (ZUBIRI, 1998). Sob tal diapasão, o valor faria parte de um universo híbrido dos nossos encontros com o real – acessível apenas ao ser humano – em que nossa subjetividade criativa se imiscui à dureza do mundo, permitindo que nós cotejemos as coisas que se apresentam em nossa frente com suas outras possíveis formas de ser – tornando patente para nós que, na psicologia humana, entre o ser e o não-ser, existe uma grande faixa cinzenta de poder-ser e dever-ser.

O valor, portanto, é uma categoria que supera a dicotomia entre objeto e sujeito, emergindo do encontro e da interseção movente destes. Daí, depreende-se que a avaliação, outrossim, também possui essa mesma natureza tensional e dialética. Ela não é apenas um condão discricionário do sujeito avaliador ou uma imposição do objeto avaliado: ela é um produto de um diálogo, em que o sujeito discursivo toma a primazia das ações, porém não o faz de modo demiúrgico (*ex nihilo*), mas sim em correlação com os modos de ser patentes e disponibilizados pelo objeto valorado. Expressam-se de tal entendimento dois preceitos, que devem balizar quaisquer investigações que se deitem sobre o tema em tela. 1) o estudo da avaliação deve se ancorar em uma concepção teórica que transcenda a dicotomia entre sujeito e objeto, integrando ambos os polos ontológicos sob uma matriz conceitual que os articule

dialeticamente; 2) corolariamente, a abordagem discursiva de investigação da avaliação deve tergiversar as armadilhas consignadas nas abordagens subjetivistas (CHARAUDEAU, 1982) e objetivistas (PÊCHEUX, 2001), prestigiando a materialidade textual em sua inscrição pleromática na realidade interacional, ou seja, tateando a avaliação enquanto um fenômeno multifacetado (social, histórico, cultural, econômico e *tutti quanti*) que se derrama e se condensa na linguagem – tornando-se, assim, discursivo.

Gizadas as bases fundamentais do modelo teórico dialético proposto como resultado do diálogo entre o pensamento bakhtiniano e os preceitos orientadores do marginalismo econômico, podemos passar à etapa final deste escrito: um breve exame da literatura que se debruça sobre a esfinge ora em tela sob o diapasão desse parâmetro teórico.

Avaliação sob as lentes dos Estudos linguístico-discursivos: por uma concepção axiologia não-dicotômica

Grosso modo, três são os caminhos de investigação do papel desempenhado pela camada axiológica do enunciado na linguagem/discurso que possuem maior primazia na literatura preocupada com tal fenômeno. O primeiro deles pode ser compreendido como um conjunto de esforços de análise descritiva e categorização gramatical. Tais estudos têm como objetivo precípua catalogar os expedientes linguísticos (itens lexicais, formas semânticas recorrentes, estruturas sintáticas, etc.) que fornecem determinados veículos de concretização de instâncias avaliativas (SCHLEE, 2014). Em última análise, a confecção de tais obras aponta para o desejo de construir, nas línguas em que tais empresas se desenvolvem, gramáticas de perfil não-deontológico, mas descritivo, por vezes, funcional (FUZER; CABRAL, 2014). Inegavelmente, essa modalidade de estudo prospera quantitativamente no solo dos estudos linguísticos, gozando de sobeja literatura em áreas como a Linguística Sistêmico-Funcional (VIAN JR; SOUSA; ALMEIDA, 2010), a Linguística Funcional (VOTRE, 1992) e a Linguística Cognitivista (ALBA-JUÉZ, 2018).

Uma segunda corrente de estudos atinentes ao fenômeno da avaliação poderia ser denominada de descritivista-interpretativista. Diferente da primeira corrente de pesquisas, esta não tem como esfinge principal itens gramaticais ou estruturas linguísticas, mas sim fenômenos reais do mundo social. Seu modo de operação, *mutatis mutandis*, tende a ser o seguinte. Primeiramente, um determinado objeto linguístico/discursivo é flagrado – digamos, o uso recorrente de certas formas linguísticas em redações de alunos do Ensino Médio. Em seguida, tal fenômeno passa por um processo de conversão, sendo reconstruída e representada à luz de

conceitos e categorias provenientes do arcabouço teórico empregado. Por exemplo, se o problema inicial era o uso recorrente de verbos nas redações dos alunos do Ensino médio, agora, o mesmo passaria a ser descrito desta maneira ao ser abordado sob a égide da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994): alta densidade processual de tipo experiencial no contexto em questão. O terceiro passo reside na coleta de um número estatisticamente significativo de dados. Após tal levantamento, a ocorrência do objeto em pauta é analisada quantitativamente, usando-se um leque de instrumentos de metrificação. A seguir, esses dados, depurados estatisticamente, são representados e interpretados (qualitativamente) à luz do arcabouço teórico escolhido *ad hoc* por cada investigador. Por fim, tendem a ser propostas certas intervenções – no exemplo em voga, seriam didático-pedagógicas -, na visão dos autores, capazes de mitigar, contornar ou, na melhor das hipóteses solucionar o problema (por exemplo, ainda no campo da Linguística Sistêmico-Funcional, poderia se estimular os professores a ensinarem aos alunos técnicas de empacotamento³, visando a diminuir a quantidade de processos nos textos). Exemplos de trabalhos que se assemelham ao arquétipo aqui descrito podem ser encontrados em distintas áreas dos Estudos da Linguagem/Discurso: Pragmática (TULGAR; YAGIZ E HAN, 2017); Sociolinguística Interacional (NÓBREGA, 2016), Linguística Sistêmico-Funcional (PIMENTA, 2017; RIBEIRO; FUZER, 2014) – apenas para citar alguns exemplos.

Uma grande virtude dessa modalidade de trabalhos é a sua capacidade de envolver fenômenos linguístico-discursivos distintos no bojo teórico de categorias linguístico-discursivas, dotando-lhes de sólida caracterização e descrição. Em contrapartida, tais pesquisas recebem uma série de críticas por seu caráter restritivo e engessador. Partidários dessa visão tendem a alegar que os mesmos olvidam parte fundamental do terreno social, cultural, político, psicológico e *tutti quanti*, os quais subjazem, condicionam e envolvem os objetos por eles investigados.

Por fim, há uma terceira corrente de estudos de avaliação que dialogam com perspectivas linguístico-discursivas, a qual poderia ser denominada crítico-analítica (BORGES, 2016; ABREU, 2018; NÓBREGA; MAGALHÃES, 2012). Tais trabalhos apresentam um relacionamento teórico-distinto com as duas vertentes precedentes: Em vez de se apoiarem sobre um dado arcabouço teórico como base conceitual à luz da qual o fenômeno em questão é pensado, esses estudos limitam-se a utilizá-lo como firmamento de concepção de linguagem e ferramental analítico, estabelecendo diálogos e interseções com outras áreas do conhecimento,

³ *Packaging*. Representa a técnica de transformação de processos verbais em substantivos. Por exemplo, converter “viajar de carro” em “a viagem de carro”.

como a Sociologia, a Antropologia, a História e *tutti quanti*. Naturalmente, isto não quer dizer que os preceitos teóricos, ordenadores desses sistemas, também não encontrem-se embutidos na vertente crítica. Contudo, tais insumos conceituais deixam de gozar de centralidade no edifício epistemológico erigido vis-à-vis ao objeto perscrutado. Em última instância, opera-se uma translação discursiva: fenômenos outrora vislumbrados por seu ângulo linguístico, passam a receber um trato discursivo, ou seja, têm sua dimensão linguística examinada não apenas como estrutura, mas também como elementos constitutivos da realidade social, na qual se inscrevem e performatizam fenômenos de diversas naturezas: sociais, políticos, antropológicos, culturais, etc.

Corolariamente, o eixo teórico de sustentação dessas investigações também se desloca de um plano linguístico-gramatical, passando-se a assentar-se sobre dois pilares fundantes. O Primeiro é uma concepção discursiva capaz de integrar a materialidade linguística (flagrada analiticamente através de instrumentais de análise textual) à complexidade da realidade social – utilizando como ponte teórica para esse encontro diferentes vertentes dos Estudos do Discurso, como a Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006; 2013), a Sociolinguística Interacional (BASTOS; BIAR, 2015) ou a Análise do Discurso (FAIRCLOUGH, 1995). O segundo assenta-se sobre um sistema teórico que delineie explicitamente o objeto de interesse da pesquisa, podendo este estar inserido nos mais distintos rincões do saber. Como apregoado por Bakhtin (2003), não há uma relação hierárquica de viés qualitativo entre as pesquisas de caráter linguístico e discursivo (estas, denominadas por ele de focadas no enunciado), mas sim um elo de interdependência e retroalimentação.

Essa visão é comungada pelo presente escrito. Assim, no campo das investigações linguístico-discursivas, a concepção de avaliação aqui esboçada e, doravante, advogada posiciona-se no flanco discursivo do espectro de investigações: dá-se atenção central ao que a avaliação constrói, performatiza, negocia e viabiliza no mundo e na vida social em detrimento da estrutura formal-gramatical de suas realizações, ainda que o conhecimento destas se mostre imprescindível para o estudo primado. Por outro lado, no âmbito das pesquisas assentadas em uma perspectiva discursiva, pode-se dizer que a visão axiológica aqui defendida finca-se no terreno dos trabalhos que, ancorados no posicionamento bakhtiniano apresentado acima, compreendem a necessidade de, ao perquirir os fenômenos sociais, culturais, psicológicos – e *tutti quanti* – fundados no discurso, estear tal empreendimento em uma análise cuidadosa da materialidade linguística que lhes confere substância.

Vozes contrárias a tal postura tendem a alertar para o perigo de um engessamento reificante dos fenômenos axiológicos, encapsulando-os nas formas da língua (PÊCHEUX,

2001; MAINGUENEAU, 2008). Essa preocupação tem um fundo de verdade e deve ser encarada de forma profilática. Todavia, o desprendimento de uma investigação sobre a avaliação do exame da materialidade linguística, à qual aquela se consigna, carrega consigo um risco ainda mais danoso: deformar substantivamente o próprio objeto que aqui nos interessa, a avaliação. Tal deformação consistiria no desterro das instâncias axiológicas de seu firmamento fundamental: o sistema complexo de formas e estruturas linguísticas, que permitem às ilimitadas possibilidades de posicionamento subjetivo-valorativo no mundo concretizarem-se enquanto fenômenos semântico-sociais pelo poder da convencionalidade flexível – inerente à linguagem. E, em última instância, isto é a avaliação: um oceano ilimitado de possibilidades de posicionamento e inter-relação do(s) sujeito(s) com o mundo desaguada na moldura elástica e dinâmica da linguagem.

Considerações Finais

O objetivo precípua deste estudo consistiu em propor uma concepção teórica suficientemente sólida para dar embasamento a uma investigação de natureza discursiva acerca da temática complexa da avaliação, em suas múltiplas facetas e fenomenologias. Para tanto, obstinou-se erigir um diálogo entre dois arcabouços conceituais (distintos, porém complementares) que versam com esmero sobre a esfinge em questão: o pensamento econômico de caráter marginalista e a reflexão bakhtiniana acerca da natureza ambivalentemente ideológica e axiológica da linguagem.

Dois foram os pontos de liame destacados como elos entre ambas as concepções: a natureza dialética (antidicotômica) de ambas e a aversão de ambos os firmamentos à simplificação dos fenômenos axiológicos, assentada na consciência acerca da complexidade fundante desse dédalo. Com base em tal diapasão, olhou-se para três correntes de produção nos Estudos da Linguagem/Discurso, a primeira de caráter gramatical; a segunda, descritivo-interpretativista; e a terceira, crítico-analítica. Estas foram cotejadas e examinadas em face de seu grau de convergência com os preceitos decantados do modelo teórico aventado, sendo a tradição de pesquisas de caráter crítico aquela que mais possui afinidade com tal eixo de comparação. Mais do que uma tentativa de normativizar as investigações que se debruçam sobre o objeto aqui perscrutado, o presente escrito anseia servir como um ponto de balizamento teórico, estabelecendo uma cartografia dos estudos de natureza linguístico-discursiva inclinados sobre fenômenos axiológicos à luz de sua estruturação teórica, ou seja, da forma como tais pesquisas apreendem e reconstróem conceitualmente a avaliação. Porém, mais do

que apenas um mapeamento, este escrito também possui um pendor argumentativo: defendo que, em meio ao mosaico de possibilidades e ângulos ao pé dos quais podemos vislumbrar nossa esfinge, que o façamos à luz de esquemas que privilegiem uma abordagem dialética e respeitem a feição complexa e multifacetada da avaliação; como o fizeram o marginalismo marshalliano e o pensamento bakhtiniano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, D. C. **O inglês à flor da pele: investigando o processo de construção discursiva das experiências emocionais em trajetórias de aprendizagem de língua inglesa.** (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2018.

GONZÁLEZ, M. A. G.; MACKENZIE, L. **The Construction of Discourse as Verbal Interaction**, Amsterdã: Pragmatics and Beyond New Series, 2018. pp.227-250.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

_____. **Para uma Filosofia do Ato Responsável.** Tradução, não-revisada e de uso didático e acadêmico de C. A. FARACO e C. TEZZA, 1993[1920].

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski.** Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BOBBIO, N. **Teoria da norma jurídica.** Trad. de Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti, Bauru: EDIPRO, 2001.

BORGES, T. R. S. **Por um sentir crítico: entendendo atravessamentos identitários interseccionais na sala de aula de língua estrangeira.** Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Rio de Janeiro, 2016.

CANTILLON, R. **Essay on the Nature of Commerce in General.** London, Transaction Publishers, 2003[1755].

CHARAUDEAU, P. *Eléments de sémiolinguistique d'une théorie du langage à une analyse du discours.* **Connexions**, nº 38, 1982.

ESPINOZA, B. **Ética.** Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis**, London: Longman, 1995.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa.** Campinas: Mercado de Letras, 2014.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar.** 2. ed. London: Arnold, 1994.

KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. 1ª Edição Bilingue. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KRAEMER, M. E. P. **Avaliação da aprendizagem como construção do saber**. V Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria em America del Sur, 2005. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18864_9372.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

LAW, J. **Money and Trade Considered with a Proposal for Supplying The Nation With Money**, Augustus M. Kelly, New York, 1996.

MAINGUENEAU, D. Interdiscurso. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Org.). **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 286-291.

MARSHALL, A. The present position of Economics. In: PIGOU, A. G.; KELLEY, A. M. (Eds.). **Memorials of Alfred Marshall**, New York, (1966[1885]).

MARX, K. **O Capital**, vol. 1. Centelha. Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: _____. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 13-43.

_____. Introdução. Fotografias da Linguística Aplicada brasileira na modernidade: contextos escolares. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). **Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013. pp. 15-38.

NIETZSCHE, F.W. **A Vontade de Poder**. Trad. Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

NÓBREGA, D. G. A. Pragmática e sociolinguística interacional: contribuições para a formação de professor em línguas materna e estrangeiras. In: SOUZA, F. M., and ARANHA, S. D. G. (orgs). **Interculturalidade, linguagens e formação de professores**. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 49-65.

NÓBREGA, A. N.; MAGALHÃES, C.E.A. Narrativa e identidade: Contribuições da avaliação no processo de (re-)construção identitária em sala de aula universitária. **Veredas Atemática** VOLUME 16 nº 2 - 2012 P. 68-84 – PPG LINGUÍSTICA/UFJF – Juiz de Fora.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux** (pp. 61-161). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

PIMENTA, I. S. **O discurso midiático e o racismo no futebol: uma abordagem Sistêmico-Funcional para a análise de marcas de julgamento**. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Letras, UNICAMP: Campinas, 2019.

REALE, M. **Teoria Tridimensional do Direito** – situação atual. São Paulo: Saraiva, 1994, 5. ed.

RIBEIRO, M. R.; FUZER, C. A atitude em boletins de ocorrência de crimes de linguagem contra a honra: um estudo da ofensa verbal na perspectiva do sistema de avaliatividade. **Language and law /Linguagem e Direito**, v. 1, p. 109-121, 2014.

SCHELER, M. 1973. **Formalism in ethics and non-formal ethics of values**: a new attempt toward the foundation of an ethical personalism. Translated by Manfred S. Frings and Roger L. Funk. Evanston: Northwestern University Press, 1973.

SCHLEE, M. B. O ponto de vista no texto acadêmico. In: HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Org.). **A redação de trabalhos acadêmicos**: teoria e prática. 6. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014, v. 1, p. 75-82.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TULGAR, A. T.; YAGIZ, O.; HAN, T. **Bridging the Gap between Linguistic and Pragmatic Assessment in Turkish Contexts**. *PASAA* Vol. 54, 2017.

VOTRE, S. **Linguística funcional**: teoria e prática. Québec: Université Laval, 1992.

VYGOTSKY, L. S. The problem of the environment (T. Prout, trad.). In Van Der Veer, R. & Valsiner, J. (Ed.), **The Vygotsky reader** (pp. 338-354). Oxford, UK: Blackwell. 1994.

WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. Tradução: João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Abril Cultural, Série: Os Economistas, 1983.